



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

Acta da reunião ordinária do Conselho Geral de 27 de Abril de 2010

-----Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e dez, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas nove horas e cinquenta e cinco minutos, uma reunião ordinária com os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Apreciação e votação da acta da reunião de 14 de Janeiro de 2010.-----
- 2. Apreciação e votação da acta da reunião de 22 de Fevereiro de 2010.-----
- 3. Período antes da ordem do dia.-----
- 4. Análise e aprovação do Relatório Anual e Contas 2009 nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 39.º dos Estatutos da Universidade dos Açores.-----
- 5. Esclarecimentos do Magnífico Reitor sobre as matérias que constam do ofício do Conselho Geral de 26 de Fevereiro do corrente, seguindo-se eventual debate sobre os mesmos.-----
- 6. Clarificação sobre os pressupostos do Orçamento 2011 (Reunião de 12 de Julho de 2010).-----
- 7. Reflexão sobre o desempenho do Conselho Geral da Universidade dos Açores em vésperas de se completar um ano sobre a sua instalação a 20 de Maio de 2009.-----

-----Para além do Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Doutor Ricardo Madruga da Costa, que presidiu, estiveram presentes os seguintes membros:-----

- Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;-----
- Doutor Mário José Amaral Fortuna;-----
- Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;-----
- Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho;-----
- Doutor Armindo dos Santos Rodrigues;-----
- Doutora Rosa Maria Baptista Goulart;-----
- Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;-----

-----Mestre Francisco José Massa Flor Franco;-----
-----Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa;-----
-----Dr. Mário António da Mota Mesquita;-----
-----Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral;-----
-----Estiveram ausentes o Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba e o estudante André Filipe Matos de Carvalho, que justificaram, bem como o estudante Nelson Braga Moura, que não apresentou justificação.-----
-----Verificada a existência de quórum, e após cumprimentar os presentes, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão, submetendo a votação as Actas das reuniões dos dias catorze de Janeiro e vinte e dois de Fevereiro. A primeira Acta foi aprovada por unanimidade e a segunda com onze votos a favor e uma abstenção, tendo o Dr. Mário Mesquita justificado a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.-----
-----Passando de imediato ao ponto dois da ordem de trabalhos, O Doutor Tomaz Dentinho pediu a palavra para congratular a abertura do Curso de Gestão em Angra do Heroísmo, bem como o Conselho Geral por estimular as regras do jogo em relação à alteração dos Estatutos. Aproveitou ainda para fazer alguns comentários acerca de um debate que circulou na Internet acerca da Universidade.-----
-----Apesar de o assunto sobre a revisão dos Estatutos já ter sido debatido na reunião anterior, o Doutor Mário Fortuna pediu a palavra para reforçar a necessidade de se fazer uma reflexão e monitorização do que irá acontecer, indagando se, em termos de eficiência e desempenho, deve haver estruturas departamentais e quais os *campi* que darão apoio a estas estruturas, ou se, em alternativa, a Universidade deve ser estruturada em *campi* e faculdades. Colocou ainda a dúvida acerca da intervenção do Conselho Geral sobre o assunto, afirmando que, se este Conselho não tem capacidade para monitorizar o que está a acontecer, pode correr o risco de perder o mandato. Aproveitou ainda a palavra para chamar a atenção sobre a questão da avaliação dos docentes. Embora a Universidade já tenha feito circular uma proposta sobre a abertura de concursos, mostrando que já existe um indicador mínimo para se cumprir com as regras, apesar ainda de existir um outro documento que refere quais as orientações que se deve ter em conta aquando da abertura de concursos, e o facto de o Conselho Científico ter aprovado um documento orientador com os critérios que os júris devem utilizar na abertura dos concursos, considera, no entanto, que não existe uma métrica que permita às pessoas situarem-se dentro dos indicadores especificados, em relação às respectivas áreas, estando a faltar um sistema interno detalhado com a avaliação dos docentes sobre

a qualidade científica, etc. Em relação à abertura do Curso de Gestão na Terceira, afirmou que, embora já tivessem pensado neste projecto há muito tempo, só agora tiveram condições para avançar. Informou ainda que já estão a fazer divulgação do mesmo e que vão participar no dia aberto a realizar no *campus* de Angra do Heroísmo, e que alguns estudantes terceirenses que estão em Ponta Delgada já pensam em pedir transferência para a Terceira, por motivos de ordem financeira. Segundo afirmou, presentemente esta licenciatura conta com trezentos e cinquenta estudantes em Ponta Delgada, prevendo-se a inscrição de cerca de oitenta na Terceira. Esclareceu que esta iniciativa foi criada em colaboração com a Reitoria e o apoio logístico será dado através do Departamento de Ciências Agrárias, estando a faltar apenas a definição do número de vagas. Chamou ainda a atenção para a falta de recursos humanos na Terceira e em Ponta Delgada, afirmando que este problema só deixaria de existir se se cumprisse com o que está orçamentado. Para colmatar a falta de recursos humanos, reafirmou que o DEG tem de recorrer frequentemente a professores convidados, que ficam no máximo três anos, correndo o risco de não poder fazer contratações, caso não se proceda à abertura de concurso. Para finalizar, levantou a questão da problemática do sucesso e do insucesso escolar e do *e-learning*, que, afirmou, só se irá materializar através da sua regulamentação no Regulamento Académico, referindo que a questão do *e-learning* deveria ser discutida em reunião do Conselho Geral. Quanto ao não funcionamento dos Estatutos, afirmou que a dificuldade em cumprir o estabelecido nos Estatutos está na prática e na forma como se gere, reafirmando não fazer sentido proceder a alterações dos Estatutos se se continuar a não cumprir com as novas regras estabelecidas pelos novos Estatutos.-----

-----Na sequência das intervenções anteriores, o Doutor Carlos Amaral aproveitou para informar que o Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais também irá avançar com o Curso de Filosofia e Cultura Portuguesa na Terceira, oferecendo duas turmas, ambas com a mesma lógica científica e pedagógica, e que também irão fazer a divulgação do curso no dia aberto na Terceira. Em relação à avaliação dos docentes, salientou que se trata de um processo complexo e importante, que se prende com o desempenho dos docentes ao longo da sua carreira e que deve ser desencadeado com a maior brevidade possível. Quanto às novas contratações referidas pelo Doutor Mário Fortuna, chamou a atenção para o facto de tal situação estar a acontecer em relação ao pessoal docente na sua globalidade e não em determinados departamentos, tendo questionado o Magnífico Reitor se irão ou não proceder à abertura de concursos. Finalmente, em relação ao sucesso/insucesso escolar e ao *e-learning*, afirmou que estas

não são matérias que devam ser tratadas a nível do Conselho Geral, devido à sua complexidade.-----

-----A Doutora Gilberta Rocha aproveitou para intervir, dizendo que, não sendo da competência do Conselho Geral, algumas das questões levantadas neste ponto da ordem de trabalhos não deveriam ser discutidas em reunião deste Conselho. Sobre a revisão dos Estatutos, é de opinião de que se deve agir o mais rapidamente possível, na medida em que existe muita incoerência, ou seja, por um lado, é dada muita liberdade aos departamentos e cada uma age à sua maneira, por não existirem regras, por outro lado, esta liberdade torna-se demasiado limitada na prática, pois não conseguem cumprir com o estipulado nos Estatutos.-----

-----Por sua vez, o Doutor Mário Mesquita pediu a palavra, afirmando ter dúvidas sobre o ponto 3. da ordem de trabalhos, sendo de opinião de que o mesmo deveria ficar para o final do dia. Afirmou ainda que, como membro externo, tinha dificuldade em acompanhar os assuntos tratados, por falta de conhecimento do que se passa na Universidade dos Açores. Apesar de considerar importante o que foi dito pelos outros conselheiros, solicitou ao Presidente do Conselho Geral que definisse concretamente o que se pretendia com o ponto 3., sugerindo que se entrassem directamente para o ponto importante da ordem de trabalhos.-----

-----O Doutor Roberto Amaral pediu para intervir apenas para que lhe fosse esclarecida uma dúvida em relação à abertura de concurso, afirmando que desconhecia a existência de tal facto, pois não lhe parecia estar de acordo com o que tinha sido orçamentado.-----

-----Antes de dar a palavra ao Magnífico Reitor, o Presidente do Conselho Geral aproveitou para dar conhecimento aos Conselheiros do resultado da Audição feita pelo Conselho Nacional de Gestão aos Presidentes dos Conselhos Gerais da Universidades, bem como da reunião tida com a Fundação Calouste Gulbenkian, onde foram debatidos problemas sobre a gestão das Universidades.-----

-----De seguida, o Magnífico Reitor tomou a palavra para esclarecer que, em relação à avaliação, e crendo tratar-se da avaliação de desempenho dos docentes, existem três regulamentos essenciais: o Regulamento sobre a Avaliação de Desempenho, que falta aprovar; o Regulamento dos Concursos, que já foi aprovado, e o Regulamento do Serviço Docente, que está para aprovação, já tendo este assunto sido levado ao Conselho de Estratégia. Sobre a abertura de concursos, explicou que foi solicitado ao Conselho Científico a aprovação das condições mínimas para que os docentes concorressem a associados e a catedráticos, para progressão na carreira, de modo a

evitar candidaturas de pessoal externo à Universidade. Esclareceu ainda que a Universidade não está interessada em barrar o progresso das suas unidades orgânicas, pois considera que estas já colaboram em muito para o bom funcionamento da Universidade. No entanto, acrescentou que é preciso ter cuidado na abertura de concursos e admissão de pessoal, devido às exigências do Ministério. Quanto aos cursos que irão ser abertos na ilha Terceira, afirmou ter sérias dúvidas quanto ao sucesso dos mesmos, na medida em que um deles irá ser ministrado em horário pós-laboral, o que poderá reduzir em muito o número de inscrições. Para finalizar, não considera que as questões do sucesso / insucesso escolar e do *e-learning* devam ser levantadas pelo Conselho Geral, na medida em que já estão a ser debatidas em outros órgãos da casa.-----

-----No seguimento da intervenção do Doutor Mário Mesquita, o Presidente do Conselho Geral esclareceu que considera que o ponto 3. deve ser um espaço para intervenções breves, tendo proposto que o mesmo fosse passado para o final da reunião, ficando como ‘Outros Assuntos’, à semelhança do que foi feito nas primeiras reuniões. Aproveitou ainda para justificar o porquê de ter autorizado a intervenção do Doutor Tomaz Dentinho sobre a avaliação, por se tratar de um assunto demasiado longo para ser debatido nesta reunião.-----

-----De seguida, passou-se para o ponto 4. da Ordem de trabalhos, tendo sido solicitada a presença da Senhora Administradora da Universidade dos Açores e do Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, para prestarem os devidos esclarecimentos.-----

-----A Senhora Administradora fez um breve resumo sobre o método aplicado, aquando da elaboração dos mapas, explicando que a análise dos mesmos foi feita quer na óptica orçamental, quer na óptica patrimonial, declarando haver um equilíbrio orçamental. -----

-----Na sequência da intervenção da Senhora Administradora, o Doutor Mário Fortuna levantou várias questões, tais como o porquê da existência da uma quebra tão grande na prestação de serviço em 2009, afirmando que se se verificam quebras nas unidades orgânicas, tem que haver uma explicação detalhada.-----

-----O Magnífico Reitor pediu a palavra para esclarecer que o facto de ainda não ter dados concretos em relação a 2010 não lhe permite explicar o porquê desta quebra na prestação de serviços. Quanto aos *overheads*, afirmou que, a partir de 2010, estes iriam reverter a favor das unidades orgânicas e que a informação sobre os *overheads* gerados pela Fundação Gaspar Frutuoso e pelo IMAR iria ser dada da parte da tarde.-----

-----O Doutor Armindo Rodrigues aproveitou as palavras do Magnífico Reitor para reforçar a ideia de que a Universidade dos Açores deveria ter conhecimento do que é feito por todos os investigadores, dando como exemplo o caso do Prof. Doutor Frias Martins e da sua ligação ao Laboratório existente na Lagoa, dizendo ainda que deveria haver um maior controlo nos concursos dos professores da Universidade a projectos exteriores à mesma, na medida em que só estão a descapitalizá-la, por não apresentarem contas.-----

-----Segundo afirmou o Doutor Carlos Amaral, esta matéria é gravíssima, e, não tendo consequências imediatas nem mecanismos, há que desenvolvê-los, pois considera que as recomendações/deliberações devem ser cumpridas. Afirmou ainda que, num órgão como o Conselho Geral, não faz sentido apresentar apenas os problemas, mas sim tomar decisões.-----

-----No que respeita às intervenções anteriores, o Presidente do Conselho Geral tomou a palavra, mostrando a sua concordância com o facto de ser necessário tomar medidas, tendo aconselhado os conselheiros a apresentarem propostas de consequências a serem aplicadas. No entanto, tratando-se de uma situação nova para a Universidade, ou seja, sendo a primeira vez que a Universidade apresenta ao Conselho Geral um relatório de contas do ano anterior, é de opinião de que deve haver uma certa compreensão, pelo que considera que o Conselho Geral só pode solicitar ao Magnífico Reitor que esta situação seja alterada em reuniões futuras, e que, em relatórios futuros estas questões sejam igualmente clarificadas.-----

-----Ao tomar novamente a palavra, o Magnífico Reitor procurou ser sucinto na sua intervenção, justificando que não estava a contar fazer um resumo mas sim esclarecer as dúvidas levantadas pelos conselheiros. Em relação ao Relatório, esclareceu que pretendeu apenas demonstrar as principais actividades desenvolvidas na UAc, identificando, na área de ensino, os recursos que dispõem em termos de extensão cultural, demonstrando os muitos eventos que a Universidade organizou / participou e enumerando os projectos de investigação desenvolvidos na UAc, tendo afirmado que, em termos de investigação, há que desenvolver uma investigação colectiva.-----

-----De seguida tomou a palavra o Administrador dos Serviços de Acção Social, esclarecendo que as contas daqueles Serviços tinham sido consolidadas com as contas da Universidade. Aproveitou para explicar que as despesas efectuadas tinham a ver com despesas de pessoal e com aquisição de bens e serviços, não esquecendo a contratação de seguranças para as residências universitárias. Explicou ainda quais os objectivos do apoio daqueles serviços em relação aos estudantes bolseiros, tendo justificado que o

decréscimo nesta área se deveu à crise financeira. No entanto, informou que a Universidade tem um maior número de estudantes bolsiros em relação a outras universidades. Aproveitou ainda para apresentar um estudo sobre o número dos estudantes bolsiros, quanto à idade e sexo. Em relação ao alojamento, afirmou que a Universidade, ao fazer um complexo residencial moderno, que presentemente se encontra completamente cheio, deu um passo bastante significativo, no sentido de alojar um maior número de estudantes, tendo criado condições dignas para receber estudantes de todos os graus académicos. Fez referência a uma futura residência universitária a construir em Angra do Heroísmo, dado o elevado número de estudantes deslocados existentes naquele pólo. No que diz respeito à alimentação, informou que houve uma diminuição na procura das refeições no pólo de Ponta Delgada, justificando que uma grande parte da população estudantil é residente em Ponta Delgada. Por fim, fez uma referência ao serviço de apoio prestado pelo pavilhão desportivo e ao apoio financeiro que tem recebido do Governo Regional, para apoiar um evento que se vem realizando anualmente intitulado ‘taça desportiva’.

-----Perante a proposta do Presidente do Conselho para que os conselheiros externos se reunissem para elaborarem o parecer sobre o Relatório e Contas de dois mil e nove, alguns conselheiros discordaram, tendo o Doutor Mário Mesquita justificado que se sentiria mais confortável em elaborar o referido parecer após o período de debate. Por seu lado, Dr. Roberto Amaral informou que não poderia estar presente da parte da tarde.

-----Passando para o período de debate, o Doutor Mário Fortuna pediu a palavra, explicando que o Relatório de Contas deveria ser mais curto do que aquele que foi apresentado, de modo a poderem terem uma maior capacidade de síntese na leitura do mesmo. Segundo afirmou, um Relatório desta natureza deveria relatar apenas o mais importante ocorrido durante um determinado período. No Relatório apresentado, refere que não consegue identificar o que de mais importante aconteceu na Universidade e que algumas realidades das unidades orgânicas não se encontram ali retratadas. Afirmou ainda que neste Relatório falta uma série de indicadores importantes e que existe uma série de informações que considera supérfluas num Relatório desta natureza, tendo dado como exemplo o elenco descritivo das participações em colóquios, congressos, etc., que deveriam constar de um anexo e não do próprio Relatório. Aproveitou ainda para referir a falta de uma secção sobre o desenvolvimento das receitas/despesas da Universidade, e a necessidade de ter sido feita uma análise crítica, principalmente na execução do orçamento. Para além disso, referiu que existem áreas de gestão que exigem uma explicação mais pormenorizada, estando a faltar algo que explique o que se cumpriu ou

o que falhou, tendo concluído que se tratava de um documento que carecia de profundas melhorias no futuro. Apesar das críticas apresentadas, afirmou que não iria votar contra o Relatório.-----

-----De seguida, o Doutor Carlos Amaral pediu a palavra, para partilhar as preocupações já apresentadas. No que se refere aos dados indicados no Relatório acerca dos recursos humanos, mostrou a sua discordância em relação ao último concurso feito na Universidade para professores catedráticos. Em relação às medidas apresentadas sobre o sucesso escolar, afirmou não ser possível conseguir definir medidas concretas de apoio à promoção do sucesso escolar, na medida em que é necessário fazer uma revisão do regulamento das actividades académicas e dos aspectos tutoriais. Quanto às propinas, afirmou não ver razões que justifiquem diferenças existentes entre as propinas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos. Quanto aos estudantes com necessidades especiais é de opinião de que a Universidade deverá recorrer a medidas específicas para estes casos. Por fim, chamou a atenção para o facto de se estar a divergir para outros assuntos que não deveriam ser tratados nesta reunião.-----

-----Em termos gerais, e apesar de não ter conseguido esmiuçar as contas apresentadas no documento como gostaria, o Doutor Armindo Rodrigues congratulou o Magnífico Reitor pelo aumento do número de estudantes, considerando que se atingiu um número bastante razoável. No entanto, mostrou a sua preocupação em relação aos seguintes aspectos: deveria haver uma maior aposta em cursos do 3.º ciclo e uma estratégia da Universidade, no sentido de haver mais orientações destes estudantes, com medidas específicas; o valor das propinas deveria ser mais baixo, o que permitiria uma maior procura dos cursos; a própria política dos *overheads* dos 2.ºs ciclos deveria ser repensada; apesar de notar um acréscimo no número de estudantes estrangeiros que procuram a Universidade dos Açores, do ponto de vista financeiro não vê nenhum benefício para a Universidade, a não ser troca de conhecimentos; a nível de serviço docente deveria haver um ensino tutorial. Em relação ao Relatório, denota uma ausência de controlo de conhecimentos da realidade da investigação e do que esta gere para a Universidade, tendo feito referência a projectos financiados pelo Governo Regional que não são mencionados nem são controlados pela Universidade a nível financeiro.-----

-----Tomando a palavra, a Doutora Gilberta Rocha mostrou a sua concordância com quase tudo o que foi dito pelos conselheiros, não só quanto à extensão do Relatório, mas também quanto à clareza das contas. No entanto, afirmou ter dificuldade em aceitar que se fale no processo de Bolonha, quando, na realidade, este processo não está a ser

aplicado na prática. Para finalizar, afirmou que os 2.^{os} e 3.^{os} ciclos são importantes em termos de financiamento e que seria importante estarem contemplados no Relatório.-----

-----Em relação ao Processo de Bolonha, o Doutor Mário Mesquita esclareceu que a aplicação deste processo foi feita num cruzamento com as contas do estado, num espírito de Bolonha. Segundo afirmou, a ideia que tem da Universidade dos Açores é que, na generalidade das universidades portuguesas em que este processo foi aplicado, houve uma grande desilusão, não se tendo verificado o sucesso que esperavam. Daí ter dado como exemplo a necessidade de haver uma maior rigidez na articulação dos programas dos cursos. Não se tratando de reformas que possam ser alteradas de um dia para o outro, considera normal as dificuldades encontradas pela Universidade dos Açores.-----

-----Retomando a palavra, o Magnífico Reitor explicou que as contas anuais deveriam ser acompanhadas por um Fiscal Único, órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da instituição, que ainda não existe na Universidade dos Açores. Explicou ainda que, perante a Lei, este órgão deveria ser indicado pelo Ministério. No entanto, o Ministério informou que o processo era precisamente ao contrário, ou seja, as instituições é que deveriam nomear um Fiscal Único. Dadas as circunstâncias, informou que está em curso um processo de concurso, que deverá estar resolvido dentro de um mês aproximadamente. Quanto ao Relatório, concorda que, se tivessem colocado algumas informações num documento em anexo, o mesmo poderia ter ficado mais sucinto. Em relação à questão dos concursos para professores associados/catedráticos, fez referência ao que se passou no ano passado, chamando no entanto a atenção para o facto de este assunto já ter sido explicado pelo Vice-Reitor da Área Administrativa, na reunião do dia vinte e dois de Fevereiro. Informou ainda que, acerca da abertura do concurso para associados, já pediu indicações às unidades orgânicas, de modo a para poder responder ao solicitado pelo Conselho Científico. Quanto à bibliografia, reafirmou que os centros de custos dos mestrados têm verba suficiente para a aquisição de bibliografia necessária para as respectivas unidades orgânicas. No que respeita ao processo de Bolonha, concorda com a intervenção do Dr. Mário Mesquita. Ao finalizar, lamentou o facto de o Relatório não ter correspondido ao desejado pelos conselheiros.-----

-----Antes de se dar por encerrado o período de intervenções, a Doutora Rosa Goulart pediu para intervir, chamando a atenção para a necessidade de haver uma compensação para quem tem excesso de carga horária e várias orientações.-----

-----Os trabalhos foram interrompidos às doze horas e cinquenta e cinco minutos para o almoço, e para que os Conselheiros externos se reunissem para elaborarem o parecer sobre o Relatório e Contas de dois mil e nove.-----

-----Após a interrupção para o almoço, os trabalhos foram retomados às quinze horas e dez minutos, tendo o Presidente do Conselho Geral procedido à leitura do parecer elaborado pelos membros externos sobre o Relatório e Contas de dois mil e nove, cuja cópia ficará apensa a esta acta.-----

-----Não estando este parecer sujeito a debate, passou-se de imediato à votação do Relatório e Contas dois mil e nove, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

-----Votos a favor: oito.-----

-----Votos contra: zero.-----

-----Abstenções: uma.-----

-----Para fins de cumprimento imediato, foi posta a votação a seguinte deliberação, que deverá ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral:-----

-----“Para efeitos de execução imediata, o Conselho Geral, reunido a vinte e sete de Abril de dois mil e dez, aprovou por maioria, com oito votos a favor e uma abstenção, o Relatório e Contas da Universidade dos Açores de dois mil e nove.”-----

-----A deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

-----De seguida, passou-se para o ponto 5. da ordem de trabalhos, tendo o Magnífico Reitor tomado a palavra, para fazer os devidos esclarecimentos sobre as matérias constantes no ofício enviado pelo Conselho Geral. Em relação à primeira questão, que se reporta aos orçamentos da Fundação Gaspar Frutuoso e do IMAR, esclareceu que os orçamentos da Fundação Gaspar Frutuoso têm cerca de onze anos, enquanto os do IMAR têm cerca de dezanove anos. Ambos os orçamentos e os respectivos relatórios e contas são aprovados anualmente e, quando indagadas pelo Reitor sobre os mesmos, aquelas entidades sempre alegam que não têm receitas próprias e que os orçamentos se assemelham aos orçamentos da UAc. Segundo informou, tem dúvidas se estas entidades devem apresentar os orçamentos ao Conselho Geral. Quanto à segunda questão, que tem a ver com os *overheads*, relativamente ao ano de dois mil e nove, e no que diz respeito à Universidade dos Açores, informou que houve uma comparticipação de 553.486,61€ de *overheads* que foram divididos pelas várias unidades orgânicas, tendo o Magnífico Reitor indicado os valores que cada Unidade Orgânica contribuiu. Passando da Universidade para as outras entidades, foram cobrados os seguintes *overheads*: Fundação Gaspar Frutuoso, 100.697,66€ (deste valor só podem ser usados 72.791,29€, pois os restantes estão cativos para bolsas de estudo, de acordo com a Lei em vigor

naquela Fundação); CVARG, 47.252,73€; CITA, 1.866,46€; projectos do DCA, 16.620,01€; CCPA, 924,30€; CIRN, 5.844,72€. Informou ainda que os custos de funcionamento da Fundação Gaspar Frutuoso em dois mil e nove foram de 70.932,77€, tendo esta Fundação ganho com proventos de juros o montante de 81.627,36€, o que significa que ganhou mais em juros do que em *overheads*. Ainda em relação à Fundação, acrescentou que a mesma fez donativos à Universidade no valor de 55.100,00€. Quanto ao IMAR (Açores), em dois mil e nove cobrou o montante de 139.750,42€ em *overheads*, em 22 projectos, montante este que pode estar sujeito a alteração; o IMAR teve gastos com pessoal no valor de 115.541,15€ e os restantes gastos com administração. Acrescentou ainda que, da parte do IMAR, há disponibilidade em fazer migrar toda a gestão daquela entidade para a Universidade. No entanto, esclareceu que esta proposta ainda está a ser debatida e analisada juridicamente. Informou que o IMAR tem vinte e três funcionários e que sete dos quais não estão cobertos por projectos, ou seja, não estão sendo pagos por projectos, mas sim pelas receitas próprias dos *overheads*. Para finalizar, o Magnífico Reitor informou os conselheiros que a conclusão que se pode tirar é a de que os apertos financeiros não se devem ao IMAR e à Fundação Gaspar Frutuoso como sempre se deu a entender.-----

-----Após a intervenção do Magnífico Reitor, foi aberto um período de debate, tendo o Doutor Mário Fortuna tomado a palavra em primeiro lugar, considerando incompreensível o facto de uma entidade dizer que é incapaz de fazer um orçamento, quando tem condições para tal, dando apenas a entender que não quer ter o trabalho de o fazer. Considera ainda que a Fundação Gaspar Frutuoso apenas alimenta uma estrutura de custos. Em relação ao IMAR, afirma que este tem obrigação de fazer o seu orçamento, porque a única solução do IMAR é levá-lo a pagar os serviços que presta à Universidade dos Açores, não só a nível de candidaturas, como também de investigação, de infra-estruturas e de gastos com pessoal, não achando necessário nem recomendável integrar o IMAR na Universidade. Segundo afirmou, para ter conhecimento das contas, precisa de saber como as coisas são geridas, estando a faltar clareza na gestão orçamental, tendo dado como exemplo o facto de o DOP não conseguir gerar mais *overheads* do que os indicados no Relatório, o que lhe pareceu deveras estranho. Em relação às contas apresentadas pelo Magnífico Reitor, reforçou a ideia de que a Universidade tem problemas, quer a nível da Fundação Gaspar Frutuoso, quer a nível do IMAR, afirmando que grande parte da investigação feita tem de ser sustentada. Perante os esclarecimentos apresentados pelo Magnífico Reitor, colocou a dúvida se valerá a pena continuar a existir uma Fundação, afirmando que a

Universidade deve tomar uma decisão, apresentando informações detalhadas sobre estas entidades-----

-----O Doutor Armindo Rodrigues também pediu para intervir, reforçando o que foi dito pelo Doutor Mário Fortuna e acrescentando que a Fundação Gaspar Frutuoso é controlada pela Reitoria, enquanto o IMAR não o é. Acrescentou ainda que as contas do IMAR custam à Universidade mais do que o previsto, gerando e gastando *overheads* que não revertem a favor da Universidade e que a própria Universidade desconhece, sendo de opinião de que este só dá prejuízo, tendo dado como exemplo o Observatório do Mar no Faial, que tem funcionários do DOP a trabalharem para eles. Tratando-se de uma Associação não controlada pela Universidade, chamou a atenção para o facto de esta poder concorrer e ganhar concursos, sem deixar qualquer lucro para a Universidade, apesar de os recursos humanos pertencerem à Universidade. Por fim, salientou que deveria haver maior transparência por parte destas entidades.-----

-----Concordando com o que foi dito nas intervenções anteriores, Doutor Gilberta Rocha acrescentou que considerava insatisfatórios os esclarecimentos apresentados pelo Magnífico Reitor, pois, em vez de este ter indicado os montantes dos *overheads*, deveria ter dado uma explicação de como se geram estes *overheads*. Por fim, esclareceu a dúvida levantada pelo magnífico Reitor, afirmando que estas entidades devem apresentar contas.-----

-----Em termos gerais e concretos, o Doutor Carlos Amaral considerou escandaloso o que se passa com os projectos desenvolvidos pelo DOP, reiterando o que já havia sido dito. Na sua opinião, nada tem contra um docente que queira integrar um determinada Associação, nem a Universidade deveria ter qualquer controlo sobre a decisão do docente. Mas, enquanto docente da casa, este não pode utilizar os recursos da instituição para competir com a própria instituição. Para que tal não aconteça, considera que a Universidade não deve permitir que os seus próprios docentes concorram nestas circunstâncias, competindo com a própria instituição.-----

-----Considerando as intervenções anteriores demasiado coincidentes, o Presidente do Conselho Geral propôs ao Conselho requerer ao Magnífico Reitor que solicite ao IMAR e à Fundação Gaspar Frutuoso o relatório de actividades e contas de dois mil e nove, bem como o orçamento para dois mil e dez.-----

-----Na sequência desta proposta, o Doutor Tomaz Dentinho pediu a palavra, dizendo que a questão que se coloca em relação ao IMAR é saber que tipo de informação devem fornecer, e afirmando não fazer sentido cobrar uma percentagem menor ao IMAR e à Fundação Gaspar Frutuoso. Considerou ainda que tem que haver

um equilíbrio interno e que a única maneira de corrigir esta situação é haver uma regra de *overheads* para as instituições.-----

-----Retomando novamente a palavra, o Magnífico Reitor informou que já tinha respondido a tudo o que lhe haviam pedido, julgando ter cumprido com o prometido, tendo acrescentado que a Fundação Gaspar Frutuoso só pode apresentar contas em Abril, enquanto o IMAR tem como prática comum aprovar o Relatório e Contas apenas em Junho. Acrescentou ainda, a título informativo, que qualquer uma destas entidades têm procedido à compra de equipamento e bibliografia que serve para a Universidade.--

-----Perante este último esclarecimento do Magnífico Reitor, o Doutor Mário Fortuna aproveitou para solicitar as contas de dois mil e oito, ao que o Magnífico Reitor lhe respondeu que a Fundação está em processo de alteração estatutária e que o orçamento daquele ano ainda não foi aprovado. Perante tal afirmação, o Doutor Mário Fortuna reagiu, insistindo na apresentação das contas de dois mil e oito, dizendo que não compreende que tal seja possível, pois, mesmo não sendo aprovadas, precisam de ter conhecimento das contas, sendo inaceitável a falta de apresentação das mesmas. Aproveitou ainda para reforçar a necessidade de terem conhecimento do orçamento para dois mil e dez, quer da Fundação Gaspar Frutuoso, quer do IMAR. Recordou que, se o orçamento do IMAR é um orçamento conjunto com outras instituições e não é apenas IMAR /Açores, então a Universidade tem todo o direito de ter conhecimento de tudo o que se faz e do que se cobra ao IMAR, caso contrário é de opinião de que se deve pedir ao Magnífico Reitor que a Universidade se desligue do IMAR.-----

-----Na sequência das intervenções anteriores, e perante a possibilidade de se ter de proceder a votação para saber se o Reitor deve ou não solicitar ao IMAR e à Fundação orçamentos para dois mil e dez, o Doutor Mário Mesquita mostrou a sua discordância, explicando que, no meio em que se move, quando se fala nas políticas referentes ao mar, fala-se do DOP como um Centro de excelência. Compreende e percebeu o que foi dito na reunião e acha que o Conselho deve exercer as funções que lhe competem, mas deve fazê-lo com certa delicadeza, para evitar conflitos, tendo aconselhado apenas a que se informe, de uma forma diplomática, que o Conselho Geral gostaria de ter conhecimento do orçamento.-----

-----O Magnífico Reitor corroborou o que foi dito pelo Doutor Mário Mesquita, pois considera que pode parecer que eles próprios estão a barrar informação à Universidade, quando, na realidade, as informações solicitadas pela Reitoria nunca foram recusadas. Para finalizar acrescentou que a presença do DOP no IMAR é uma marca que orgulha a Universidade dos Açores, não sendo conveniente criar uma situação de conflito.-----

-----Em relação ao IMAR, o Doutor Carlos Amaral pediu para intervir, dizendo que sentia necessidade de informação e clarificação acerca do que é o IMAR, o IMAR Açores e a sua relação com a DOP. Segundo afirmou, sendo docente da Universidade, reconhece que não será o único a desconhecer tal facto, pelo que solicita informação detalhada e clarificadora sobre o assunto, caso contrário afirma não ter condições para continuar a participar neste debate, dada a ausência de informação, salientando no entanto, que o mesmo já não se aplica à Fundação Gaspar Frutuoso.-----

-----Em resposta ao Doutor Carlos Amaral, o Presidente do Conselho Geral sugeriu que se convidasse o Doutor Ricardo Serrão Santos a estar presente na próxima reunião, para fazer os esclarecimentos necessários sobre o IMAR e a sua relação com o DOP. Tal proposta gerou uma série de discussões pois nem todos os conselheiros mostraram a sua concordância. Enquanto tal proposta foi aceite pelo Doutor Tomaz Dentinho, que afirmou ser mais interessante ouvir as explicações do que estar a receber uma série de documentação, o Doutor Mário Fortuna discordou, afirmando que a distância também pode gerar desinformação. Por sua vez, a Doutora Gilberta Rocha mostrou-se admirada com tais informações, não acreditando que um centro de excelência como o DOP não consiga apresentar o relatório e que sejam necessários esclarecimentos pessoais. Por fim, o Doutor Carlos Amaral sugeriu que o Conselho se reunisse na Horta, para obter as informações *in loco*. Perante esta proposta, o Presidente do Conselho Geral afirmou que poderiam colocar esta hipótese, mas que não saberia se tal seria possível, devido à escassez do orçamento.-----

-----Quanto aos orçamentos das duas entidades em causa, o Presidente do Conselho Geral propôs solicitar ao Magnífico Reitor não apenas as contas de dois mil e oito e dois mil e nove, mas também os orçamentos para dois mil e dez, pelo menos das instituições que foram possíveis.-----

-----Em relação aos esclarecimentos sobre o IMAR, e apesar de considerar útil que o director daquele centro faça os devidos esclarecimentos, o Magnífico Reitor procurou fazer um resumo do que se trata o IMAR, esclarecendo que este é constituído por várias Universidades, tais como Coimbra, Lisboa, Évora, Algarve, Funchal e Açores e que alguns membros do DOP participam no Centro IMAR dos Açores. Esclareceu ainda que, em 2006, o IMAR Açores passou a constituir um laboratório associado, tendo sido integrado como centro da Fundação Gaspar Frutuoso.-----

-----No que diz respeito à concorrência entre os docentes da Universidade que concorrem por outros centros, várias foram as opiniões formadas, tendo-se gerado alguma discussão acerca do assunto. Na sequência da sua intervenção anterior sobre

este assunto, o Doutor Carlos Amaral esclareceu que a concorrência a que se referia não era interna, mas sim externa, ou seja, um docente de um departamento estar integrado num projecto exterior à Universidade e concorrer num quadro de uma instituição exterior à Universidade, daí insistir na necessidade urgente de uma informação concreta sobre o IMAR, sendo de opinião de que o Conselho Geral tem de tomar uma decisão em relação a este tipo de concorrência.-----

-----O Doutor Armindo Rodrigues mostrou a sua concordância em relação à intervenção anterior, tendo acrescentado que não pode admitir que uma pessoa que tenha exclusividade esteja a competir com a própria Universidade, quando integrado em projectos exteriores à Universidade, ou seja, esteja a concorrer aos mesmos fundos que os docentes que estão a concorrer apenas pela Universidade, daí achar que esta situação tem de ser travada, nem que seja por despacho reitoral.-----

-----Após estas intervenções o Presidente do Conselho Geral tomou a palavra, dizendo que o Reitor já se inteirou de tudo o que é necessário, de modo a que na reunião de Julho se possa debater novamente sobre os assuntos em questão. Aproveitou para questionar o Magnífico Reitor sobre a existência de mecanismos para travar as situações atrás referidas, ao que o Magnífico Reitor respondeu ser possível através de um despacho reitoral.-----

-----Antes de se dar por encerrado o assunto, o Doutor Tomaz dentinho chamou a atenção para a situação dos observatórios, considerando que se tratam de situações diferentes, na medida em que são exigência do Governo Regional. Perante tal afirmação, o Doutor Armindo Rodrigues reagiu, dizendo que os observatórios são o exemplo concreto da concorrência, porque utilizam pessoas da Universidade para gerirem e trabalharem lá pessoas essas que estão sendo pagas pela Universidade.-----

-----O Magnífico Reitor voltou a intervir, para explicar que o Governo Regional, ou melhor todos os Governos Regionais, têm um certo ciúme sobre a autonomia das Universidades, daí tentarem concorrer contra a Universidade, mesmo utilizando os recursos humanos da Universidade. No entanto, não vê necessidade de se criar conflito com o Governo, pois tais conflitos não trazem qualquer benefício para a Universidade.--

-----O Doutor Mário Mesquita pediu novamente a palavra, não só para chamar a atenção para o facto de a ordem de trabalhos se ter alargado substancialmente, mas também para dizer que tomou conhecimento de situações novas e desconhecidas e de uma problemática mais vasta, com uma dimensão política muito complicada. Percebendo o alerta do Magnífico Reitor ao melindre que esta situação possa gerar,

considera que o Conselho Geral se deve cingir apenas ao objectivo inicial, devendo estes assuntos ser agendados e tratados com mais calma numa próxima reunião.-----

-----Tendo esta intervenção merecido a concordância dos restantes conselheiros, o Presidente do Conselho Geral deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----Passando de seguida ao ponto 6. o Presidente do Conselho Geral esclareceu que colocou este assunto na ordem de trabalhos por achar que deveria haver um esclarecimento sobre o que se pretende com os pressupostos do Orçamento de dois mil e onze, tendo solicitado aos conselheiros que se pronunciassem sobre o assunto.-----

-----O Mestre Francisco Franco pediu a palavra, dizendo que o Conselho é que deve dizer o que pretende, o que pode ser alterado e a percentagem, e não propriamente a metodologia.-----

-----Segundo o Doutor Armindo Rodrigues, uma vez que já foram aprovadas as metodologias a médio prazo, pode ser feita uma reflexão sobre a percentagem de coesão, no sentido de se atingir a convergência.-----

-----Na opinião do Doutor Tomaz Dentinho, pouco mais há a modificar. No entanto, considera importante pedir às unidades orgânicas que esclareçam o que pretendem fazer durante o ano de dois mil e onze, de modo a que possam proceder às alterações no orçamento.-----

-----Segundo afirmou o Doutor Carlos Amaral, os pressupostos foram contestados, tendo sido apresentadas alternativas. Na sua opinião, em vez de existir um orçamento da Universidade, o que existe são orçamentos de várias unidades orgânicas. O que se constata é que, aceitando os interesses das unidades orgânicas, o interesse geral seja ignorado, daí os problemas que se desconhece, designadamente no que diz respeito aos serviços centrais, voltando a referir a questão da bibliografia. Referiu ainda as propostas apresentadas anteriormente, no que diz respeito à falta de recursos. Afirmou que não entende nem irá defender o contrário para que os pressupostos tenham sido a médio ou longo prazo, mas sim para este orçamento.-----

-----No seguimento desta intervenção, o Mestre Francisco Franco fez questão de esclarecer que há uma metodologia aprovada e que as unidades orgânicas fizeram o seu orçamento com base na metodologia que foi aprovada. Esclareceu ainda que o *plafond* deste ano deve ser igual ao de dois mil e onze, o que tornará mais simples o exercício que irá ser feito.-----

-----A Doutora Gilberta Rocha aproveitou a oportunidade para mostrar o seu espanto perante o facto de se terem criado cursos na Terceira, dando como exemplo o curso criado pelo DEG, quando os mesmos não estavam contemplados no orçamento de

dois mil e dez. Segundo afirmou, se certos assuntos não são da competência do Conselho geral, não pode haver espaço para que certas decisões sejam tomadas fora deste órgão. Sendo assim, pretende saber quais as competências do Conselho Geral, para saber como deve agir. Quanto aos pressupostos, afirma ter dúvidas no que se pode fazer.-----

-----Em relação a este assunto, o Magnífico Reitor chamou a atenção para o facto de não haver vantagem em discutir assuntos que só devem ser discutidos em Julho, tendo informado que existe uma metodologia que está a ser aferida e que, na altura certa, os órgãos da casa deverão pronunciar-se sobre o assunto.-----

-----Dada a importância deste assunto, o Doutor Carlos Amaral pediu para que fossem reservados os momentos apropriados para o debate, revisão e respectiva aprovação, tendo o Presidente do Conselho Geral concordado com a proposta, pois considera haver condições para que, entre Junho e Julho, seja circulado o documento para aprovação dos conselheiros.-----

-----Para finalizar, e fazendo referência ao ponto 7. da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral informou os conselheiros de que, apesar de se ter colocado a hipótese de se fazer nesta reunião uma reflexão sobre o desempenho do Conselho Geral em vésperas de se completar um ano da sua existência, dado o adiantado da hora, talvez fosse aconselhável colocar este ponto na agenda da reunião de doze de Julho, tendo o Dr. Mário Mesquita proposto que o mesmo fosse tratado mais para o início do ano lectivo.-----

-----Por último, colocou a questão sobre a possibilidade de se fazer a reunião de Julho no Faial, ao que o Magnífico Reitor sugeriu que esta fosse realizada no início do ano lectivo, pois, apesar de o novo edifício já ter sido inaugurado, nem tudo estava em actividade plena. Sobre o assunto, o Doutor Armindo Rodrigues mostrou a sua discordância, afirmando que, em tempo de contenção de despesas, não via necessidade de se efectuar esta despesa. Na opinião do Doutor Carlos Amaral, face ao carácter tripolar, concorda que o Conselho Geral deva reunir nos outros dois pólos, tanto que esta possibilidade foi contemplada e orçamentada, aquando da elaboração do orçamento. Por fim solicitou que as propostas dos critérios para a elaboração do orçamento fossem disponibilizadas em tempo útil, de modo a poderem ter tempo suficiente para se pronunciarem sobre o assunto e tornar a reunião de Julho mais racionalizada.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezoito horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral: